

Justiça na Transição Energética

Número 4 - Abril de 2026

A quarta edição da newsletter Justiça na Transição Energética traz uma inflexão importante na transição energética global: o avanço das energias renováveis passou a conviver, de forma ainda mais explícita, com uma revalorização dos combustíveis fósseis. O principal fator foi a escalada de tensões geopolíticas envolvendo os Estados Unidos ocorrida em março com impactos diretos nos preços internacionais do petróleo e nas estratégias de energia de diversos países, incluindo o Brasil.

Nesse contexto, a cobertura da grande imprensa revela uma transição energética cada vez mais condicionada por fatores como segurança energética, inflação e disputas geopolíticas. Para além da expansão de fontes renováveis, o que está em jogo é quem controla os recursos estratégicos (petróleo, gás e os chamados minerais “críticos”) e como os custos dessa transição são distribuídos entre países, territórios e populações.

Escalada militar pressiona preços do petróleo e reaquece fósseis no Brasil

A intensificação das ações militares lideradas pelos Estados Unidos, em março, havia elevado os preços do petróleo no mercado internacional, refletindo temores de interrupção na oferta global, informou [O Estado de S.Paulo](#). A alta impactou diretamente países importadores e pressionou a inflação do setor de energia. Ao mesmo tempo, fortaleceu investimentos em exploração de petróleo e gás, contrariando metas climáticas, como alertou a [Reuters](#).

Mas, ainda na última semana de março, o presidente norte-americano Donald Trump anunciou que os EUA vão adiar possíveis ataques à infraestrutura de energia do Irã. Assim que houve essa declaração o preço do petróleo desabou 14% em questão de minutos. Dois dias antes, Trump havia ameaçado “aniquilar” as usinas de energia do Irã se o país não abrisse o Estreito de Ormuz, onde passam aproximadamente 20% do gás e petróleo do planeta. As declarações erráticas do presidente dos EUA tem ampliado ainda mais o aspecto especulativo relativo ao preço dos combustíveis fósseis. Segundo a [BBC](#), isso tem levado a ganhos extraordinários de alguns investidores que têm feito compras e vendas minutos antes dos anúncios de Trump.

Diante de cenários de instabilidade por conflitos geopolíticos, governos tendem a priorizar segurança energética em detrimento da descarbonização, podendo atrasar a transição energética e redistribuir poder entre produtores globais. A alta do petróleo impacta também nos custos da energia e dos combustíveis do Brasil, trazendo uma pressão inflacionária que pode atingir os transportes, alimentos e eletricidade.

Um exemplo é a sinalização do presidente Lula, que pretende aumentar a produção nacional para criar um estoque de petróleo, segundo declarou em um evento da Petrobras, conforme publicaram [Folha de S. Paulo](#), [Correio Braziliense](#) e [CNN](#). Ainda há a tentativa do governo federal de baixar o ICMS sobre o diesel importado que foi negado pelos estados, mas o tema segue em negociação. Diante disso, o Ministério da Fazenda, enviou uma nova proposta para reduzir o custo do diesel: dando uma subvenção direta aos importadores.

De acordo com o estudo de “mapas do caminho” para transição energética, apenas 46 países têm algum tipo de plano de descarbonização do setor elétrico e, destes, apenas 11 estudam limitar ou reduzir a oferta de petróleo, gás e carvão, conforme registrou [O Globo](#). O relatório "Progressing the Transition Away From Fossil Fuels (TAFF)" analisou também planos setoriais. Mesmo havendo planos para reduzir o uso de petróleo, carvão e gás nos setores de transporte, construção, aquecimento/refrigeração e outros, na prática, é necessário redesenhar economias de países e regiões inteiras. A especialista do Observatório do Clima (uma das organizações envolvidas no estudo), Stela Herschmann acredita que o conflito no Irã pode influenciar o movimento para o aumento das renováveis para reduzir a dependência dos fósseis, declarou em entrevista ao jornal [O Globo](#).

Brasil reforça aposta no gás em meio à instabilidade global

Diante do cenário internacional instável, o Brasil sinalizou a ampliação da extração e importação de gás natural (combustível fóssil), especialmente da Bolívia, informa a [Agência Brasil](#). A medida busca reduzir vulnerabilidades no abastecimento energético e garantir estabilidade ao sistema elétrico. No entanto, a expansão do gás pode comprometer metas de descarbonização e prolongar a dependência de combustíveis fósseis. O governo defende o gás como combustível de transição, mas esse posicionamento é questionado por organizações que debatem a questão climática devido à sua contribuição para o aquecimento global.

Leilões de energia mantêm espaço para térmicas no Brasil

De acordo com o [G1](#), o Brasil negociou em leilão 19 gigawatts (GW) em novos contratos para usinas termelétricas e hidrelétricas, somando cerca de R\$ 64,5 bilhões em investimentos, tornou-se a maior contratação já realizada pelo setor elétrico do país equivalente a quase 10% do parque instalado atual. Mesmo com a expansão de fontes renováveis, os leilões continuam contratando termelétricas. A justificativa é garantir

estabilidade diante da intermitência de solar e eólica. A decisão reforça a dependência de combustíveis fósseis e levanta questionamentos sobre coerência com metas climáticas. A falta de políticas claras para modernização das hidrelétricas, eficiência energética e uma gestão mais efetiva da geração distribuída, além do baixo investimento em capacidade de transmissão e armazenamento, perpetuam essa dependência.

Contratação de energia renovável no mercado livre aumentou 83,2% em 2025

A contratação de energia renovável no Brasil registrou forte avanço em 2025, mesmo diante de desafios no setor elétrico, impulsionada principalmente por uma corrida das empresas para fechar contratos no mercado livre antes de mudanças regulatórias, registrou a [CNN](#). Segundo estudo da consultoria Clean Energy Latin America (Cela), foram firmados 40 acordos no mercado livre, somando 1.207 MW médios e 4,2 GW de capacidade instalada, um crescimento de 83,2% em relação a 2024. Esse movimento reflete a busca corporativa por redução de custos, previsibilidade e maior competitividade, com destaque para o modelo de autoprodução, que permite benefícios tarifários e maior controle sobre o fornecimento de energia.

O mercado livre de energia, que vinha crescendo rapidamente, começa a desacelerar diante de limitações estruturais, analisou a [CNN](#). A alta de preços e a falta de infraestrutura de transmissão têm dificultado a expansão do modelo. Projetos renováveis enfrentam dificuldades para escoar energia, gerando perdas e incertezas. O cenário evidencia que a transição energética não depende apenas de capacidade de geração, mas de planejamento sistêmico. Sem isso, o avanço das renováveis pode perder eficiência econômica.

Mineração ganha mais atenção na política de comércio exterior

A disputa global por minerais, como lítio e terras raras, ganha força em 2026 e reposiciona o Brasil como ator no mercado. Reportagens apontam aumento do interesse internacional em projetos no país para ampliar a exportação de minerais para armamentos, tecnologia e geração de energia. No entanto, o debate sobre governança e impactos socioambientais ainda é incipiente. Especialistas alertam para o risco de se manter o atual modelo extrativista, com altos impactos territoriais e nenhuma agregação de valor. [BBC](#) publicou que os EUA querem assegurar reserva estratégica de minerais críticos, enquanto esperam sinalização brasileira para um acordo, conforme publicou [Research XP](#). De acordo com a análise da [Reset](#), as ações de empresas baterias aumentaram desde o início da guerra, o que pode demonstrar que a China e outros importadores de petróleo responderam à guerra investindo mais em energias renováveis, para reforçar sua segurança energética.

Energia nuclear volta ao debate como alternativa de baixo carbono

O governo brasileiro avalia ampliar a participação privada na exploração de urânio, o que pode impulsionar o setor nuclear. A energia nuclear volta ao centro do debate como alternativa de baixa emissão de carbono e alta estabilidade, de acordo com análise da [UFRJ](#) e registro da [CNN](#). No entanto, em um setor marcado pela falta de transparência e

violação de direitos, a proposta levanta preocupações sobre segurança, resíduos e governança. A discussão reflete um movimento global de reavaliação da matriz energética diante da crise climática e das tensões geopolíticas.

Demanda energética cresce com digitalização e pressiona matriz elétrica

O avanço da inteligência artificial e dos data centers está aumentando significativamente a demanda global por energia, sobretudo, a dos EUA, conforme [G1](#). No Brasil, esse movimento pode acelerar investimentos em infraestrutura elétrica, mas também pressionar a matriz energética, uma vez que o Brasil, diferente de outros países, como os EUA, não exige que os data centers sejam responsáveis pela geração da energia que irão consumir. A necessidade de energia constante favorece fontes estáveis, como gás e nuclear, em detrimento de renováveis intermitentes. O que pode favorecer o aumento da participação de fontes fósseis na matriz elétrica para abastecer o setor que vem sendo instalado para atender a demanda internacional por processamento de dados. O desafio neste caso é múltiplo e inclui o debate sobre o real papel desse setor em algum eventual plano de desenvolvimento tecnológico do país, seu efeito sobre o setor elétrico, os impactos territoriais sobre comunidades, em especial no consumo de água, e nos planos de descarbonização da economia brasileira. **(Fonte: Reuters)**

Saiba o que estão falando por aí:

Artigos de opinião de profissionais do mercado para sabermos o que estão falando sobre transição energética nos espaços da imprensa:

JOTA: O homem que calculava e os enigmas do setor elétrico


<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-homem-que-calculava-e-os-enigmas-do-setor-eletrico-em-2026>

Inspirado na lógica narrativa de O Homem que Calculava, o artigo assinado por advogados do escritório TAGD, que oferece assessoria jurídica personalizada, publicado no veículo jurídico JOTA usa metáforas para explicar os principais “enigmas” do setor elétrico brasileiro em 2026, marcado por crescente complexidade regulatória e operacional. Para o autor, o aumento do curtailment (desperdício de energia renovável), as incertezas sobre o papel do armazenamento e da cobrança de tarifas (TUST/TUSD) e controvérsias em mecanismos como o leilão de reserva de capacidade apontam gargalos na transmissão para escoar energia do Norte e Nordeste. Para ele, o setor enfrenta o paradoxo de uma matriz cada vez mais renovável, porém mais difícil de operar, exigindo decisões regulatórias mais sofisticadas, coordenação institucional e investimentos robustos para garantir eficiência e segurança energética.

Carta Capital: O equívoco do falso dilema energético

<https://www.cartacapital.com.br/artigo/o-equivoco-do-falso-dilema-energetico/>

O autor é da Federação Única de Petroleiros, no artigo ele escreveu que o debate energético frequentemente é apresentado como um falso dilema entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, quando, na prática, essas agendas podem — e devem — avançar de forma conjunta. O artigo argumenta que não há contradição em defender a redução progressiva dos



combustíveis fósseis ao mesmo tempo em que se garante segurança energética e crescimento econômico, criticando a narrativa que opõe transição energética a interesses sociais e produtivos. Ao contrário, a superação desse “dilema” exige planejamento, investimentos e políticas públicas que conciliem expansão da oferta de energia, redução de emissões e inclusão social, evitando simplificações que travam o debate e atrasam soluções estruturais para o setor.